

## ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 164/2026

|                                                                                                   |                                                                        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>À empresa:</b> Pires Tecnologia e Serviços Ltda                                                | <b>Proc. Nº</b> 161/2026                                               |
| <b>CNPJ nº:</b> 46.946.173.0001-06                                                                | <b>OES nº</b> 164/2026                                                 |
| <b>Endereço:</b> R. Joseph Zarzour, 93, Sala 1807, Jardim Guarulhos – Guarulhos/SP, CEP 07020-081 | <b>Empenho nº</b> 2026NE00644                                          |
| <b>Telefone:</b> (11) 2409-1808 (11) 96924-5518 / (11) 95580-1617                                 | <b>Verba nº:</b> 33903999                                              |
| <b>E-mail:</b> comercial@pirestecnologia.com.br                                                   | <b>Unidade Solicitante:</b> DCSERV – Divisão de Conservação e Serviços |

A presente **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO** refere-se à contratação da empresa supra referida, nos termos do inciso II do artigo 75 da Lei federal nº 14.133/2021 e do Decreto estadual nº 68.304/2024, adotado no âmbito da ALESP por meio do Ato da Mesa nº 04/2024, conforme Decisão do Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Geral de Administração, em 21/07/2026, autorizada pelo parágrafo único do artigo 20 da Resolução ALESP nº 925/2021, com redação dada pela Resolução ALESP nº 942/2024, sob o regime de empreitada por preço global, tendo por objeto o(s) seguinte(s) item(ns):

| CATSER 16977 |      |                                                                                                                                                                                                                                                      |                     |
|--------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Item         | Qtde | Descrição                                                                                                                                                                                                                                            | Valor Total         |
| Único        | 1    | Contratação de empresa especializada em engenharia de consultoria para elaboração de Estudo Técnico-Econômico Comparativo entre os modelos de locação e aquisição (compra) de sistema de reconhecimento facial para controle de acesso por catracas. | <b>R\$ 6.889,00</b> |

**1. Das normas e dispositivos aplicáveis** - A execução do objeto deverá observar os termos do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela empresa, sendo vedado subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, **exceto** no que se refere à coleta de dados de mercado para cotação do modelo de aquisição, desde que previamente autorizada pela Fiscalização, e será disciplinado pela Lei federal nº 14.133/2021 e pelo Ato da Mesa nº 04/2024.

**2. Do prazo para a entrega do relatório técnico estruturado:** **30 (trinta) dias corridos**, a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à emissão deste instrumento, devidamente assinado pela **CONTRATADA**, com início em **27/07/2026** e término em **25/08/2026**, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto nos artigos 105 a 114 da Lei federal nº 14.133/2021.

**2.1.** Fica a **CONTRATADA** terminantemente impedida de participar, direta ou indiretamente, de futura licitação ou contratação direta que tenha por objeto o fornecimento, a locação, a instalação ou a manutenção dos equipamentos de controle de acesso e barreiras físicas que integrem o escopo do estudo técnico por ela elaborado. A presente vedação estende-se aos seus dirigentes, sócios, empregados, subcontratados ou profissionais que guardem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira com a empresa, em estrito cumprimento aos ditames do Art. 14, inciso I, com o escopo de resguardar os princípios da isonomia, da impessoalidade e da ampla competitividade no certame subsequente.

**2.2.** Quando se tratar de **serviço continuado**, eventual prorrogação deverá ser promovida por termo aditivo e será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, devendo ser observados os seguintes requisitos:

a) estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada; b) seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente; c) seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço; d) haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação; e) seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** Quando se tratar de **contrato por escopo**, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não foi concluído no prazo firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento.

**3. Do preço e do pagamento: R\$ 6.889,00 (seis mil e oitocentos e oitenta e nove reais)**, em 30 (trinta) dias, contado da data de apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada: a) do respectivo Atestado de Execução de Serviço; b) da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União; c) da certidão de regularidade em face do FGTS; d) da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas, se necessário for; e) demais documentações comprobatórias estampadas no contrato, decorrentes da necessidade de eventual atendimento à legislação fiscal e trabalhista, sem prejuízo de qualquer outra que venha complementá-la ou substituí-las, cuja importância correrá à conta 33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – Outros Serviços de Terceiros.

**3.1** Caso o dia do pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia do vencimento.

**3.2** Na hipótese de o pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto no instrumento convocatório ou contratual e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser feita a atualização monetária do valor devido, com utilização da UFESP ou de outro índice que venha a substituí-la, de modo que o respectivo procedimento deverá ser priorizado, observada a ordem cronológica das datas das demais exigibilidades pendentes de pagamento.

**3.3.** O preço previsto neste instrumento poderá ser reajustado proporcionalmente à variação do IPC da FIPE, ou, na falta deste, pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na falta de ambos, por índice do Governo que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda ou do registro dos preços de insumos, observado o interregno mínimo de 1 (um ano), contado da data do orçamento estimado, nos termos do § 7º do artigo 25 da Lei federal nº 14.133/2021, e obedecendo-se aos critérios dispostos na legislação federal em vigor disciplinadora da matéria.

**3.4.** É expressamente proibida a antecipação do pagamento, total ou parcial, em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

**4. Do recebimento do objeto** - O objeto será recebido:

**a)** com a lavratura de Atestado de Execução de Serviço, em até 3 (três) dias, com a prévia verificação do pleno e fiel cumprimento a todas as disposições do Termo de Referência e da Proposta;

**b)** com a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, em até 3 (três) dias, após a lavratura do Atestado de Execução de Serviço, desde que tenham sido observadas todas as disposições do Termo de Referência e da Proposta;

**c)** com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 3 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos serviços executados e sua conformidade com as exigências do Aviso de Contratação Direta, especialmente as contidas no Termo de Referência e na Proposta.

**4.1.** As atribuições do gestor, do fiscal técnico e do fiscal administrativo do contrato são aquelas definidas nos artigos 16 a 18 do Decreto estadual nº 68.220/2023, adotado provisoriamente pelo Ato da Mesa nº 4/2024, no que não conflitar com as atribuições definidas na Resolução ALESP nº 942/2024.

**5. Das penalidades:** O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento e fixadas no Termo de Referência importará a aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo da aplicação das multas eventualmente fixadas em tabela específica contida no Termo de Referência:

**5.1.** O atraso injustificado na entrega do Estudo Técnico-Econômico Comparativo, em relação ao prazo de 30 (trinta) dias estabelecido, sujeitará a Contratada à multa de **1% (um por cento)** ao dia, incidente sobre o valor total do contrato. A contagem da mora será interrompida apenas com a entrega do objeto que atenda aos requisitos mínimos de admissibilidade previstos no Termo de Referência.

**5.2.** A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda o ajuste e aplique as demais sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso o atraso ultrapasse 15 (quinze) dias.

**5.3.** Pela inexecução parcial, será aplicada multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da obrigação de refazer ou complementar o estudo no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

**5.4.** Caso as inconsistências ou omissões tornem o estudo imprestável para a finalidade de fundamentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) da Administração, a conduta será equiparada à inexecução total, sujeitando a empresa à multa de **20% (vinte por cento)** e à rescisão contratual.

**5.5.** Cumulativamente à aplicação de multa, poderá ser aplicada:

**5.5.1.** Pena de Advertência, quando a conduta praticada não justificar a imposição de penalidade mais grave;

**5.5.2.** Impedimento de licitar e contratar com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões);

**5.5.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

**5.6.** As multas previstas e demais sanções legais são independentes.

**5.7.** Os valores referentes a eventuais multas aplicadas serão deduzidos do crédito a ser recebido pela **CONTRATADA**.

**5.8.** A aplicação das penalidades acima previstas não excluiu, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**6. DA EXTINÇÃO:** A presente Ordem de Execução de Serviço poderá ser extinta nas hipóteses previstas na Lei federal nº 14.133/2021, sendo prerrogativa garantida por ato unilateral e escrito quando a própria ALESP não der causa à extinção.

**6.1.** Na hipótese de se tratar de contrato por escopo, o ajuste será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, observado o seguinte:

**6.1.1.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

**6.1.2.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**7. Prazo de Vigência: 33 (trinta e três) dias corridos**, acrescido dos prazos compreendidos até o recebimento definitivo do objeto.

**7.1.** Quando se tratar de contrato por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento.

**8. Foro:** fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas da presente avença.

**9. Demais disposições:**

**9.1** O presente instrumento deverá ser assinado pela **CONTRATADA** e remetida à **CONTRATANTE**, em até 02 (dois) dias úteis, a contar de seu recebimento;

**9.2.** A nota fiscal deverá ser entregue em 02 (duas) vias, mencionando o número desta AC e o nº do Processo Digital de que trata esta contratação, na Divisão de Conservação e Serviços da ALESP, localizada no subsolo do “Palácio 9 de Julho”, sala S11, telefone (11) 3886-6143, das 14:00 às 18:00 de 2ª à 6ª feira;

**9.3.** A Nota fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada para o endereço [dcserv@al.sp.gov.br](mailto:dcserv@al.sp.gov.br);

**9.4.** Como condição para a celebração deste instrumento, a **CONTRATADA** exhibe no ato de sua assinatura:

- a certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União; e
- a certidão de regularidade relativa ao FGTS; e
- a certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, relativa a débitos trabalhistas (Lei federal nº 12.440/2011); e
- a comprovação, se for o caso, do atendimento à Resolução nº 122/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP (garantia estendida); e
- a certidão obtida junto ao site “e-Sanções” do Governo do Estado de São Paulo; e
- a certidão obtida junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do portal da transparência do governo federal; e
- a certidão obtida junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, em nome da pessoa jurídica e dos dirigentes; e
- a certidão obtida junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- a certidão obtida junto ao “Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgão e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo” – CADIN ESTADUAL.
- Comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de consultoria ou estudo de viabilidade técnico-econômica para implantação ou gestão de sistemas de tecnologia da informação e/ou controle de acesso em edificações públicas ou privadas, nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- Comprovação de capacidade técnico-profissional mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, de profissional(is) de nível superior integrante(s) do quadro permanente da Interessada, que comprove(m) a elaboração ou supervisão de estudo ou relatório técnico-econômico de natureza equivalente.
- Indicação de Responsável Técnico habilitado no CREA para acompanhamento e assinatura do relatório final.
- A comprovação do vínculo do profissional com a Interessada poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, ficha de registro de empregado, contrato de prestação de serviços ou ato constitutivo da empresa.

**9.5.** Os bens fornecidos deverão corresponder às amostras aprovadas, quando exigidas no Termo de Referência, sob pena de cometimento do crime previsto no artigo 337-L da Lei federal nº 14.133/2021;

**9.6.** Conforme o protocolo ICMS 42/2009, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de abril de 2011, os contribuintes (exceto MEI, conforme cláusula 4ª, I, do protocolo ICMS 42/2009) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta;

**9.7.** A **CONTRATADA** deverá observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de serviços e/ou fornecimento de bens que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

**9.8.** Incumbirá à **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**São Paulo, em 24 de julho de 2026.**

**João Fernando de Carvalho Vieira**  
**Gestor da Coordenadoria de Compras**

**Recebemos este instrumento em 24/07/2026.**

**ASSINATURA:**

**MICHELE DE**

**CONTRATADA:**

**CARVALHO**

**Nome:**

**MOREIRA:359054**

**RG:**

**06804**

Assinado de forma digital  
por MICHELE DE  
CARVALHO  
MOREIRA:35905406804  
Dados: 2026.07.27 09:56:56  
-03'00'

## MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, **Michele de Carvalho Moreira**, representante legal da empresa **Pires Tecnologia e Serviços Ltda**, contratada diretamente com fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei federal nº 14.133/2021 e no Decreto estadual nº 68.304/2024, adotado no âmbito da ALESP por meio do Ato da Mesa nº 04/2024, **DECLARO** expressamente, sob as penas da lei, que:

**I** - Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua contratação pelo Poder Público, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**II** - Nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei federal nº 14.133/2021, nos encontramos em situação regular perante o Ministério do Trabalho, ou seja, não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

**III** - Não nos enquadrados nas situações previstas no artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021, tendo ciência que não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

IV - Estamos cientes da necessidade de manutenção dos preços durante todo o período de vigência do contrato ou do instrumento equivalente (com a ressalva da hipótese de reajuste anual, quando aplicável), não sendo motivo para repactuação as meras flutuações de mercado, sazonais ou decorrentes de movimentações naturais da economia, ou seja, que não sejam oriundas de situações imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, situações que configuram álea econômica extraordinária;

VI - Estamos cientes da necessidade de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (quando for o caso), conforme exigência contida no inciso IV do artigo 63 da Lei federal nº 14.133/2021.

São Paulo, 27 de Julho de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do responsável)

**MICHELE DE  
CARVALHO  
MOREIRA:35905406  
804**

Assinado de forma digital  
por MICHELE DE CARVALHO  
MOREIRA:35905406804  
Dados: 2026.07.27 09:57:14  
-03'00'



Assinado por : JOAO FERNANDO DE CARVALHO VIEIRA:22022553896

Data assinatura :27/07/2026 14:46:49